

GESTÃO REGIONAL GUARDA E CASTELO BRANCO

Largo 1º de Dezembro, Edifício da Estação Ferroviária da
Guarda
6300-851 GUARDA
Portugal
T + 351 212 879 000
grgrd@infraestruturasdeportugal.pt

Largo do Rei D. Carlos, n.º 3
6000-101 CASTELO BRANCO
Portugal
T + 351 212 879 000
grctb@infraestruturasdeportugal.pt

Ex.mos Senhores

CCDRC – Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Rua Bernardim Ribeiro, 80

3000 – 069 COIMBRA

V/ REFª	ANTECEDENTE	N/ REFª	SAÍDA/PROCESSO	DATA
PCGT - ID 1149	4819302-008	676/4831257	14619GRD250925	2025-10-07

Assunto: PCGT - ID 1149 - PP Espaços de Atividades Económicas de Moreira, concretizando a UOPG 4 — Polo de Atividades Económicas de Penaverde - Convocatória para Conferência Procedimental a 08/10/2025
ER330-Km 10,186 / km 10,757 Margem Esquerda – Penaverde - Aguiar da Beira

Relativamente ao assunto em epígrafe tendo em conta os elementos disponibilizados para análise tendo em conta que o PP se desenvolve em terrenos na margem esquerda da ER330 aproximadamente entre o Km10,186 e o km10,757 em Penaverde-Aguiar da Beira, **emite-se parecer favorável condicionado** ao **cumprimento** estipulado no Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril e das **condições** elencadas no presente documento, bem como à **viabilização da acessibilidade a estrada regional**.

Efetivamente **quaisquer intervenções/alterações**, por **entidade pública ou privada**, que se localizem em **área de jurisdição ou que interfira com a rede rodoviária na jurisdição da IP – Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)**, as mesmas deverão ser objeto de **estudo específico e de pormenorizada justificação**, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor e, **ser previamente submetidos a parecer/autorização e/ou licenciamento das entidades competentes para o efeito, designadamente da IP, S.A., enquanto concessionária geral da rede rodoviária e administração rodoviária**, nos termos do EERRN, como atrás referido.

Assim e tendo também em conta **a acessibilidade** à ER330 é necessário apresentar junto da IP, S.A., um estudo de tráfego, o qual deverá permitir avaliar não apenas o impacto decorrente da implementação do Plano de Pormenor (PP), mas também, numa perspetiva mais abrangente, o potencial deste eixo viário ER330 - enquanto via estruturante para a valorização da atividade económica prevista no concelho.

O objetivo é identificar e definir medidas que garantam a capacidade das estradas para suportar o acréscimo de procura, não apenas de forma localizada e circunscrita ao PP, mas decorrente de futuros novos polos que possam vir a estabelecer-se ao longo deste eixo e que terão impacto em toda a envolvente rodoviária.



Neste sentido, o **estudo de tráfego** deverá contemplar as seguintes componentes:

- A apresentação da atual caracterização técnica e operacional da rede viária que será interferida, com maior expressão, pelo PP e outros;
- A apresentação e fundamentação do processo de geração e distribuição das viagens esperadas para o PP e outros (devendo o seu faseamento ser considerado), para um horizonte temporal mínimo de 10 anos;
- Para o mesmo período, o estudo do efeito combinado do crescimento tendencial do tráfego atual com o crescimento marginal esperado associado à implementação do PP e outros;
- Para ambos os cenários de “com” e “sem” empreendimento, e para os anos base, de abertura e horizonte, a apresentação das respetivas estimativas da procura, expressas quer em volumes de tráfego médio diário anual (TMDA), quer em volumes horários de ponta da tarde de um dia útil (VHPT-DU), desagregados em veículos ligeiros e pesados, para as secções e intersecções da rede viária interferida com maior expressão pelo PP e outros;
- Em relação às contagens de tráfego a realizar, deverão ser apresentados não só os respetivos locais, horários e volumes, como também o processo de extrapolação dos valores apurados para TMDA e VHPT-DU;
- A análise da capacidade em secção e intersecção para os cenários e anos referidos, solicitando-se proposta de intervenção na rede para a supressão/mitigação dos níveis de serviço inferiores a C;
- No domínio do cumprimento da legislação ambiental em vigor, as previsões da procura (TMDA) deverão ser diferenciadas pelos períodos Diurno, do Entardecer e Noturno;
- Com o desenvolvimento do modelo de tráfego deverão ser fornecidas as respetivas shapefiles para cada cenário analisado, com a indicação dos parâmetros considerados em cada link (número de vias, capacidade das vias, velocidade, hierarquização, etc.);
- Deverão ser enviadas as respetivas matrizes O/D para cada cenário.

No quer se refere às temáticas do Ambiente Sonoro e Avaliação Ambiental Estratégica, refere-se o seguinte:

I - AMBIENTE SONORO

Em termos de ambiente sonoro, as preocupações da Infraestruturas de Portugal, S.A. prendem-se sobretudo com a qualificação funcional dos solos propostos no PP na envolvente da ER330 sob sua jurisdição, na medida em que poderá conduzir ao aparecimento de novos recetores sensíveis (edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, como utilização humana) em zonas onde se verificam situações de incumprimento do Regulamento Geral de Ruído (RGR) – zonas de conflito.

Tendo em consideração que não está prevista a construção de nenhum recetor sensível no interior da área deste Plano, no âmbito das nossas competências, entendemos ser apenas de salvaguardar que, se no decorrer do desenvolvimento do projeto o acréscimo dos níveis de ruído ambiente, e seu impacte nos recetores localizados junto da ER330, originar ou agravar situações de incumprimento da legislação de ruído, as eventuais medidas de minimização a adotar decorrente do projeto terão que ser da **inteira responsabilidade do seu promotor**, não se responsabilizando a IP, S.A. por



qualquer tipo de reclamação ou conflito que daí resultem.

II - AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

No âmbito do Procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica temos a informar que é entendimento desta empresa que a pertinência do seu contributo decorre da sua qualidade como “entidade representativa de interesse a ponderar” (ERIP), ou seja, como entidade com competências específicas no sector rodoferroviário e não propriamente nas componentes ambientais (como ar, água, clima, biodiversidade, solo e subsolo), as quais correspondem, de uma forma geral, aos critérios que permitem PLANO DE PORMENOR DO ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS DE MOREIRA, qualificar um plano como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, como sujeito a um procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

No entanto, numa lógica de colaboração ativa para a melhoria do processo, a IP, S.A., após análise dos elementos apresentados no RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR (FEV2025), e no que respeita ao Quadro de Referência Estratégica (QRE), onde se identificam as macro orientações de política nacional e internacional, bem como os objetivos de longo prazo estabelecidos em matéria de ambiente e sustentabilidade, verifica-se que foi contemplado o PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL (PRN2000) como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise do presente PP, opção que merece a nossa concordância, atento o fato de se estar perante um plano sectorial, possível territorializar, à escala adequada, as propostas do Plano.

Considerando o PRN2000 como um instrumento indispensável para a análise de uma gestão mais sustentável e eficaz do território e das infraestruturas de mobilidade regional, evidenciando-se o papel da rede viária no planeamento e organização do território bem como o seu contributo na promoção do desenvolvimento e coesão social, verifica-se a inclusão deste Plano nos Fatores Críticos de Decisão “FCD1 – Desenvolvimento Económico” e “FCD 2 – Ordenamento e Qualificação do Território”.

Apreciação fundamentada na relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das Questões Estratégicas definidas no âmbito da revisão do presente PP.

Em complemento salvaguarda-se que todas as referências à rede rodoferroviária deverão estar em sintonia com os restantes elementos apresentados

Com os melhores cumprimentos,

A Gestora Regional

Rosa de Jesus Tomé Saraiva

(Ao abrigo da subdelegação de competências, conferida pela Decisão DRP 1/2024)

(RS/SC)